



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA AQUISIÇÕES – PREGÃO ELETRÔNICO SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5414/2025

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para aquisição de licenças de uso e subscrições de softwares (SaaS, licenças temporárias e licenças perpétuas), incluindo atualizações e suporte técnico do fabricante, com o objetivo de atender às demandas das áreas administrativas, técnicas e finalísticas do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência e no Anexo II – Especificações Técnicas.

ITEM	GRUPO	REFERÊNCIA EXEMPLIFICATIVA DE MERCADO	DESCRIÇÃO	TIPO DE LICENCIAMENTO	QTDE CONTRATAÇÃO IMEDIATA	QTDE TOTAL REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	-	EMS SQL Management Studio for PostgreSQL (Business)	Renovação das licenças do EMS SQL Management Studio for PostgreSQL, versão Business. Licenças incluindo atualizações pelo período de 36 (trinta e seis) meses a partir da ativação da licença. Enquadramento ME/EPP: sim	Pagamento único, subscrição por 36 meses	5	10	R\$ 6.457,80	R\$ 64.578,00
2	-	TeamViewer Corporate	Renovação da licença de TeamViewer Corporate com assistência para 3 (três) dispositivos móveis (Addon: plus Mobile Device Support - MDS), com subscrição válida por 36 (trinta e seis) meses, incluindo atualizações a partir da ativação da licença. Enquadramento ME/EPP: sim	Pagamento único, subscrição por 36 meses	1	1	R\$ 28.051,55	R\$ 28.051,55



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	GRUPO	REFERÊNCIA EXEMPLIFICATIVA DE MERCADO	DESCRIÇÃO	TIPO DE LICENCIAMENTO	QTDE CONTRATAÇÃO IMEDIATA	QTDE TOTAL REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO
3	-	Autodesk AEC Collection	Licenças da suíte Autodesk AEC Collection (softwares AutoCAD, Revit, Architecture, Engineering & Construction Collection), com subscrição válida por 36 (trinta e seis) meses, incluindo atualizações a partir da ativação da licença. Enquadramento ME/EPP: não	Pagamento único, subscrição por 36 meses	4	5	R\$ 47.403,29	R\$ 237.016,45
4	-	Canva Enterprise	Licenças do Canva, versão Enterprise, com subscrição válida por 36 (trinta e seis) meses, incluindo atualizações a partir da ativação da licença. Enquadramento ME/EPP: não	Pagamento único, subscrição por 36 meses	25	50	R\$ 3.890,26	R\$ 194.513,00
5	-	Foxit PDF SDK	Licença da solução Foxit PDF SDK, para manipulação de documentos digitais, com fornecimento de 10.000 (dez mil) créditos de uso mensal, contemplando as funcionalidades para compactação, merge, OCR e assinatura de documentos via	Pagamento único, subscrição por 36 meses	0	1	R\$ 330.662,42	R\$ 330.662,42



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	GRUPO	REFERÊNCIA EXEMPLIFICATIVA DE MERCADO	DESCRIÇÃO	TIPO DE LICENCIAMENTO	QTDE CONTRATAÇÃO IMEDIATA	QTDE TOTAL REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO
			API, com acesso à solução por 36 (trinta e seis) meses, totalizando 360.000 (trezentos e sessenta mil) créditos, incluindo atualizações a partir da ativação da licença. Enquadramento ME/EPP: não					
6	-	Tavily Enterprise	Licença da solução Tavily, versão Enterprise, com fornecimento de 10.000 (dez mil) créditos API de uso mensal, com subscrição válida por 36 (trinta e seis) meses, totalizando 360.000 (trezentos e sessenta mil) créditos de API, incluindo atualizações a partir da ativação da licença. Enquadramento ME/EPP: não	Pagamento único, subscrição por 36 meses	0	1	R\$ 186.331,31	R\$ 186.331,31
7	-	mLabs – Plano Completo ou equivalente	Licença do mLabs (plano Completo) ou software similar/equivalente, com subscrição válida por 12 (doze) meses, incluindo atualizações a partir da ativação da licença.	Pagamento único, subscrição por 12 meses	1	1	R\$ 816,63	R\$ 816,63





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	GRUPO	REFERÊNCIA EXEMPLIFICATIVA DE MERCADO	DESCRIÇÃO	TIPO DE LICENCIAMENTO	QTDE CONTRATAÇÃO IMEDIATA	QTDE TOTAL REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO
			Enquadramento ME/EPP: sim					
8	-	HeyGen – Versão Team ou equivalente	Licenças do HeyGen (versão Team) ou software similar/equivalente, com subscrição válida por 12 (doze) meses, incluindo atualizações a partir da ativação da licença. Enquadramento ME/EPP: sim	Pagamento único, subscrição por 12 meses	3	3	R\$ 5.419,50	R\$ 16.258,50
9	-	StreamYard Advanced	Licenças do StreamYard, versão Advanced, com subscrição válida por 12 (doze) meses, incluindo atualizações a partir da ativação da licença. Enquadramento ME/EPP: sim	Pagamento único, subscrição por 12 meses	2	2	R\$ 7.648,07	R\$ 15.296,14
10	-	CapCut Pro	Licenças do CapCut, versão Pro, com subscrição válida por 12 (doze) meses, incluindo atualizações a partir da ativação da licença. Enquadramento ME/EPP: sim	Pagamento único, subscrição por 12 meses	2	2	R\$ 858,22	R\$ 1.716,44



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	GRUPO	REFERÊNCIA EXEMPLIFICATIVA DE MERCADO	DESCRIÇÃO	TIPO DE LICENCIAMENTO	QTDE CONTRATAÇÃO IMEDIATA	QTDE TOTAL REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO
11	-	CorelDRAW Graphics Suite 2025 ou superior	Licenças da Suíte gráfica CorelDRAW, versão 2025 ou superior, do tipo Perpétua (compra única). Enquadramento ME/EPP: sim	Pagamento único, licença perpétua	2	2	R\$ 3.720,57	R\$ 7.441,14
12	-	vMix Pro	Licenças do vMix, versão Pro, do tipo Perpétua (compra única). Enquadramento ME/EPP: sim	Pagamento único, licença perpétua	0	6	R\$ 8.979,55	R\$ 53.877,30
13	-	GitHub Copilot Enterprise	Licenças da solução GitHub Copilot Enterprise, versão Cloud, com subscrição válida por 36 (trinta e seis) meses, incluindo atualizações a partir da ativação da licença. Enquadramento ME/EPP: não	Pagamento anual, subscrição por 36 meses	5	30	R\$ 9.493,95	R\$ 284.818,50
14	GRUPO 01	Adobe Creative Cloud Pro	Renovação mais adicional de licenças da solução Adobe Creative Cloud para empresas, versão Pro. Com subscrição ativa por 36 (trinta e seis) meses, contemplando todas as atualizações a partir da ativação	Pagamento único, subscrição por 36 meses	0	17	R\$ 24.241,36	R\$ 412.103,12



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	GRUPO	REFERÊNCIA EXEMPLIFICATIVA DE MERCADO	DESCRIÇÃO	TIPO DE LICENCIAMENTO	QTDE CONTRATAÇÃO IMEDIATA	QTDE TOTAL REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO
			da licença.					
15	GRUPO 01	Adobe Stock	Renovação da licença da solução Adobe Stock, com fornecimento de 750 (setecentos e cinquenta) créditos de uso mensal. Com subscrição ativa por 36 (trinta e seis) meses, contemplando todas as atualizações a partir da ativação da licença.	Pagamento único, subscrição por 36 meses	0	1	R\$ 43.636,86	R\$ 43.636,86
16	GRUPO 02	JetBrains All Products Pack + Plugin Symfony	Licença completa da solução JetBrains, versão 'All Products Pack', incluindo licenças do plug-in Symfony Support. Licença incluindo atualizações pelo período de 36 (trinta e seis) meses a partir da ativação da licença.	Pagamento único, subscrição por 36 meses	15	30	R\$ 24.388,43	R\$ 731.652,90
17	GRUPO 2	Qodana Ultimate Plus	Licenças da solução Qodana, versão Ultimate Plus, com subscrição ativa por 36 (trinta e seis) meses, contemplando todas as atualizações a partir da ativação da licença.	Pagamento único, subscrição por 36 meses	4	30	R\$ 3.972,33	R\$ 119.169,90



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ITEM	GRUPO	REFERÊNCIA EXEMPLIFICATIVA DE MERCADO	DESCRIÇÃO	TIPO DE LICENCIAMENTO	QTDE CONTRATAÇÃO IMEDIATA	QTDE TOTAL REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR TOTAL ESTIMADO
18	GRUPO 3	Planner e Project Online P3	Licenças do Microsoft Planner e Project P3 (Plano 3), com subscrição válida por 36 (trinta e seis) meses, incluindo atualizações, suporte técnico e integração com o ambiente Microsoft 365 do Coren-SP.	Pagamento anual, subscrição por 36 meses	4	5	R\$ 14.075,30	R\$ 70.376,50
19	GRUPO 3	Microsoft Entra ID P1	Licenças do Microsoft Entra ID P1 (anteriormente Active Directory do Azure P1), com subscrição válida por 36 (trinta e seis) meses, incluindo atualizações, suporte técnico e integração com o ambiente Microsoft 365 do Coren-SP.	Pagamento anual, subscrição por 36 meses	651	750	R\$ 1.944,78	R\$ 1.458.585,00
Valor total da contratação: R\$ 4.256.901,66 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e um reais e sessenta e seis centavos).								

1.2. As referências de mercado indicadas possuem caráter meramente exemplificativo, sendo admitida a oferta de soluções equivalentes, quando aplicável, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no Anexo II.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante deste Termo de Referência.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, ocasião em que poderão ser renovados os quantitativos registrados, desde que comprovada a vantajosidade dos preços, haja previsão no instrumento convocatório e sejam observadas as condições estabelecidas na legislação vigente.

1.6. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência variável conforme a natureza de cada item contratado, observando-se os prazos de subscrição, licenciamento ou fornecimento



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

estabelecidos nas especificações técnicas constantes do Anexo II.

1.7. Para os itens que envolvem subscrição ou licenciamento com prazo determinado, a vigência contratual corresponderá ao período da respectiva licença, podendo ser de 12 (doze) ou 36 (trinta e seis) meses, conforme especificado para cada item.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto compreende soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), consistentes no fornecimento de softwares padronizados de mercado ("off-the-shelf"), destinados, entre outros fins, às atividades de desenvolvimento de sistemas, infraestrutura de TI, segurança da informação, comunicação institucional, gestão administrativa, engenharia e planejamento, conforme especificações técnicas detalhadas no Anexo II – Especificações Técnicas.

2.2. Diante das necessidades de negócio apresentadas, para o atendimento da demanda de administração e desenvolvimento dos sistemas de banco de dados, a equipe técnica definiu a necessidade da solução '*EMS SQL Management Studio for PostgreSQL*'. A escolha justifica-se pela aderência técnica ao SGBD utilizado pela Autarquia e pela disponibilização de recursos avançados não encontrados em ferramentas nativas, tais como:

2.3. Gerenciador de SQL com modelagem gráfica de objetos, incluindo suporte a herança de tabelas;

2.4. Interface visual para construção de queries complexas (*Visual Query Builder*) sem necessidade de codificação manual extensa;

2.5. Ferramentas de comparação e sincronização de esquemas de banco de dados, essenciais para manter a integridade entre ambientes de homologação e produção;

2.6. Funcionalidade de exportação e importação de dados com suporte a múltiplos formatos, agilizando a migração de registros.

2.7. Para o ambiente de desenvolvimento de sistemas em linguagem PHP e projetos Web, definiu-se a necessidade da suíte '*JetBrains All Products Pack*', contemplando obrigatoriamente o plug-in '*Symfony Support*'. A especificação técnica baseia-se nos seguintes critérios de interoperabilidade e produtividade:

2.8. Compatibilidade legada e moderna, com suporte nativo a versões do PHP a partir da 5.3 até as atuais, garantindo a manutenção do sistema SICSP 2.0 e novos projetos;

2.9. Ecossistema de frameworks utilizados na instituição (*Symfony, Laravel, WordPress*), permitindo refatoração segura e depuração (*debugging*) integrada;

2.10. Front-end Integrado, com suporte completo a tecnologias de interface (*HTML5, CSS, Sass, TypeScript, JavaScript*), permitindo edição com visualização em tempo real (*Live Edit*);

2.11. Ferramentas DevOps, com integração nativa com *Docker, Composer*, e sistemas de controle de versão (*Git/SVN*) dentro da própria IDE, eliminando a alternância entre janelas;

2.12. Plug-in '*Symfony Support*', recurso crítico (anteriormente gratuito, agora pago) para autocompletar rotas, serviços e injeção de dependências específicos do framework *Symfony*, cuja ausência impactaria diretamente a velocidade de entrega das correções evolutivas dos sistemas corporativos.

2.13. Para a manutenção e suporte técnico remoto aos ativos de TI (*notebooks, desktops e tablets*) utilizados em regime de teletrabalho ou em trânsito, especificou-se a solução '*TeamViewer Corporate*'. A necessidade tecnológica fundamenta-se nos requisitos de segurança e conectividade:

2.14. Acesso sem VPN, com capacidade de estabelecer conexões remotas seguras através da internet sem a dependência de túneis VPN complexos, garantindo agilidade no atendimento;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 2.15.** Criptografia e auditoria, com a utilização de criptografia de ponta a ponta (*AES 256-bit*) e geração de *logs* de conexão detalhados, requisito essencial para a rastreabilidade exigida pela LGPD;
- 2.16.** Suporte a dispositivos móveis, com compatibilidade técnica para acesso remoto e suporte a dispositivos móveis (*Android/iOS*) utilizados pela equipe de fiscalização;
- 2.17.** No âmbito da segurança da informação e gestão de identidades, requer-se a subscrição do '*Microsoft Entra ID P1*' (anteriormente *Azure Active Directory P1*). A especificação técnica deve-se à necessidade de recursos de gerenciamento de acesso corporativo, especificamente:
- 2.18.** Acesso condicional, com a capacidade de criar políticas granulares de controle de acesso baseadas em localização, dispositivo e grupos de usuários, garantindo que apenas dispositivos em conformidade e usuários autenticados acessem os recursos corporativos;
- 2.19.** Gestão de identidade híbrida e *MFA*, com suporte nativo à sincronização de diretórios locais (*on-premises*) com a nuvem e exigência de Autenticação Multifator (*MFA*) para mitigar riscos de credenciais comprometidas;
- 2.20.** Redefinição de Senha *Self-Service (SSPR)*: Funcionalidade que permite aos próprios colaboradores redefinirem suas senhas com segurança, reduzindo a carga operacional de chamados de suporte na equipe de TI.
- 2.21.** Para as atividades de Engenharia e Arquitetura, especifica-se a suíte '*Autodesk AEC Collection*' (*AutoCAD, Revit*, entre outros). A necessidade tecnológica é mandatória para cumprimento legal e compatibilidade de mercado:
- 2.22.** *Tecnologia BIM*, com ferramentas nativas para Modelagem da Informação da Construção (*BIM*), requisito preferencial conforme o Art. 19, § 3º da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.306/2020;
- 2.23.** Interoperabilidade, com formato de arquivo padrão de mercado (*.dwg, .rvt*) para troca de projetos com órgãos públicos e fornecedores externos sem perda de dados.
- 2.24.** Para a produção gráfica e audiovisual profissional, especificam-se as soluções '*Adobe Creative Cloud*' e '*Adobe Stock*'. A necessidade técnica baseia-se na integração do fluxo de trabalho:
- 2.25.** Ecossistema unificado, com capacidade de editar vetores (*Illustrator*), imagens (*Photoshop*) e vídeos (*Premiere/After Effects*) com interoperabilidade nativa de arquivos;
- 2.26.** Direitos autorais, com acesso a banco de imagens e ativos (*Stock*) com licenciamento comercial regularizado, mitigando riscos jurídicos de uso indevido de propriedade intelectual.
- 2.27.** Para a padronização e descentralização da criação de peças visuais, requer-se a plataforma '*Canva Enterprise*'. O requisito técnico diferencial é a gestão centralizada de marcas (*Brand Kit*) e a capacidade de integração com o provedor de identidade (*SSO*) da Autarquia, permitindo controle de acesso e governança sobre os materiais criados por departamentos não especializados em design.
- 2.28.** No segmento de manipulação de documentos digitais, especifica-se a solução '*Foxit PDF Editor*'. A necessidade tecnológica visa à edição avançada de arquivos *PDF* (*OCR*, redação de informações sensíveis, assinaturas digitais e conversão de formatos), mantendo a compatibilidade estrita com o padrão *ISO 32000*.
- 2.29.** Para as transmissões e produção de conteúdo em vídeo, as necessidades tecnológicas dividem-se em:
- 2.30.** '*StreamYard Advanced*': Plataforma baseada em nuvem (*browser-based*) para *streaming multistreaming* (várias redes sociais simultâneas), exigindo-se suporte a convidados remotos sem



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

instalação de *software* e gravação em 4K (2160p);

2.31. ‘*HeyGen Team*’: Plataforma de IA Generativa de Vídeo com capacidade técnica comprovada para sincronia labial (*lip-sync*) em português brasileiro e animação de avatares sem artefatos visuais;

2.32. ‘*CapCut Pro*’: Ferramenta de edição com recursos avançados (legendas automáticas, remoção de fundo), necessária para a agilidade das equipes de comunicação em campo.

2.33. Para gestão de projetos e colaboração, especificam-se as licenças ‘*Microsoft Planner e Project online P3 (plano 3)*’. O requisito técnico é a integração nativa com o ambiente *Microsoft 365* já existente no Coren-SP (*Teams, SharePoint*), permitindo a gestão de cronogramas, atribuição de tarefas e visualização de *GANTT* sem a necessidade de conectores complexos ou plataformas isoladas (*Shadow IT*).

2.34. Relativamente à suíte gráfica ‘*CorelDRAW Graphics Suite*’, a necessidade tecnológica fundamenta-se na manutenção da compatibilidade com o vasto acervo de arquivos legados da Gerência de Comunicação (GECOM). A solução deve prover ferramentas profissionais integradas para ilustração vetorial, *layout* de páginas, edição de fotos e gerenciamento de fontes. A especificação desta ferramenta em particular justifica-se pela padronização do ambiente de produção gráfica já consolidado na Autarquia, garantindo a interoperabilidade com projetos anteriores (formatos nativos *.CDR*) e evitando custos operacionais decorrentes da curva de aprendizado ou perda de fidelidade na conversão de arquivos para outros formatos.

2.35. Para elevar a maturidade do ciclo de desenvolvimento de *software* (*DevSecOps*), define-se a necessidade da plataforma ‘*Qodana Ultimate Plus*’. A solução deve realizar análise estática de código (*linter*) integrada nativamente às *IDEs* da família *JetBrains* e às esteiras de Integração Contínua (CI/CD), identificando vulnerabilidades de segurança, *bugs* críticos e duplicação de código em múltiplas linguagens (*PHP, JS, SQL*). A escolha da versão *Ultimate Plus* justifica-se pela capacidade de análise de dependências de terceiros (*SCA - Software Composition Analysis*), essencial para garantir a segurança da cadeia de suprimentos de *software* da Autarquia.

2.36. Em complemento ao ambiente de desenvolvimento, requer-se a solução ‘*GitHub Copilot Enterprise*’. A ferramenta deve operar como um assistente de codificação baseado em Inteligência Artificial, oferecendo sugestões de código em tempo real e chat contextualizado dentro da *IDE*. A exigência da versão *Enterprise* é mandatória para fins de conformidade e segurança jurídica, pois deve garantir contratualmente a proteção de propriedade intelectual (*IP Indemnification*) e a exclusão dos dados e códigos da Autarquia do treinamento dos modelos públicos da fabricante, mitigando riscos de vazamento de segredos industriais ou dados sensíveis.

2.37. Para viabilizar a arquitetura de Agentes de IA e sistemas de Geração Aumentada por Recuperação (*RAG*) desenvolvidos internamente, especifica-se a contratação da ‘*Tavily Enterprise*’. A necessidade tecnológica consiste em uma *API* de busca (*Search API*) otimizada para Modelos de Linguagem (*LLMs*), capaz de retornar resultados de pesquisa na *web* em tempo real, já estruturados, limpos e livres de poluição visual (anúncios/*scripts*), garantindo a precisão factual e a atualização constante do contexto fornecido aos assistentes e atendente virtual do Coren-SP (“*Maria*”).

2.38. Para a produção profissional de transmissões ao vivo de alta complexidade (eventos híbridos, plenárias e congressos), requer-se o *software* ‘*vMix Pro*’ (licença perpétua). Diferente das soluções baseadas em navegador, esta ferramenta deve processar mixagem de vídeo localmente com suporte à resolução 4K, oferecendo recursos avançados como: suporte ao protocolo *NDI (Network Device Interface)* para vídeo sobre IP, controle de câmeras *PTZ*, *replay* instantâneo e mixagem de múltiplos canais de áudio e vídeo (*SDI/HDMI*), essenciais para a infraestrutura do auditório e estúdio da Sede.

2.39. Para a gestão unificada da presença digital institucional, especifica-se a plataforma ‘*mLabs*



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Completo'. A solução deve centralizar o agendamento de publicações, o monitoramento de interações e a extração de relatórios de desempenho de múltiplas redes sociais do Coren-SP (*Instagram, Facebook, LinkedIn, etc.*) em um único painel. O requisito funcional crítico é a capacidade de gerenciar fluxo de aprovação de postagens e o suporte a múltiplos perfis, otimizando a rotina da equipe de Comunicação e garantindo a tempestividade das respostas aos inscritos.

2.40. O conjunto de soluções de *software* acima descrito compõe um ecossistema tecnológico integrado, selecionado com base em critérios de compatibilidade com o legado, interoperabilidade, segurança da informação e relação custo-benefício. A especificação técnica pormenorizada visa assegurar que a contratação atenda estritamente ao interesse público, garantindo que o Coren-SP disponha de recursos modernos para a execução eficiente de suas competências legais, em conformidade com o princípio da eficiência (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e os requisitos de segurança da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

2.41. Ressalta-se que as descrições apresentadas nos tópicos anteriores deste Termo de Referência possuem caráter de fundamentação estratégica e justificativa de escolha. As especificações técnicas completas exigidas para cada solução, encontram-se descritas no documento 'Anexo II - Especificações Técnicas'.

2.42. O referido Anexo é parte integrante e indissociável deste processo de contratação, servindo como base objetiva para a elaboração das propostas comerciais pelos licitantes e para a conferência técnica durante a fase de recebimento do objeto e fiscalização contratual.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução a ser contratada consiste na formação de Registro de Preços para o fornecimento de subscrições, licenças de uso de *software* (nas modalidades perpétua e *SaaS - Software as a Service*) e créditos de ativos digitais, abrangendo o direito de uso, suporte técnico e garantia de atualização tecnológica (*Software Assurance*).

3.2. O escopo da solução foi estruturado para atender às demandas transversais de diversas áreas do Coren-SP, organizando-se estrategicamente em:

3.3. Comunicação, Design e Audiovisual: Conjunto de ferramentas para criação gráfica, edição de vídeo, produção de conteúdo com Inteligência Artificial e transmissões ao vivo, visando a modernização da comunicação institucional. Itens de referência: *Adobe Creative Cloud, Canva Enterprise, CapCut Pro, HeyGen, StreamYard, vMix Pro, CorelDRAW e Adobe Stock*.

3.4. Desenvolvimento de *Software* e *DevOps*: Ferramentas especializadas para o ciclo de vida de desenvolvimento de sistemas (SDLC), abrangendo codificação, banco de dados, assistência de código por IA e análise automatizada de segurança e qualidade. Itens de referência: *JetBrains All Products Pack, Plugin Symfony, EMS SQL Management Studio, GitHub Copilot Enterprise, Qodana e Tavily API*.

3.5. Engenharia, Arquitetura e Projetos: Soluções técnicas para desenho (CAD), modelagem da informação (BIM) e gestão de portfólio de projetos, em conformidade com a legislação federal vigente. Itens de referência: *Autodesk AEC Collection, Microsoft Project Online e Planner*.

3.6. Infraestrutura, Segurança e Governança: Soluções voltadas à gestão de identidade, suporte remoto seguro, processamento documental e gestão de canais digitais. Itens de referência: *Microsoft Entra ID P1, TeamViewer Corporate, Foxit PDF SDK e mLabs*.

3.7. Modelo de Fornecimento e Entrega: A entrega das soluções dar-se-á exclusivamente na modalidade ESD (*Electronic Software Delivery*) ou através de provisionamento em nuvem (*SaaS*), mediante o envio de chaves de ativação, *links* de *download* seguro ou credenciais de acesso aos portais dos fabricantes,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

eliminando a necessidade de logística física, mídias ou manuais impressos.

3.8. Serviços Agregados: A contratação contempla, obrigatoriamente, o Suporte Técnico oficial do fabricante (para resolução de incidentes e dúvidas operacionais) e o direito às Atualizações de Versão (*Updates/Upgrades*) lançadas durante a vigência contratual, assegurando que o ambiente tecnológico do Coren-SP permaneça protegido contra vulnerabilidades e compatível com os padrões de mercado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS DO NEGÓCIO

4.1.1. A presente contratação visa suprir a necessidade de renovação e aquisição de subscrições de licenças de *softwares*, por meio do Sistema de Registro de Preços, essenciais para a garantia da continuidade e para a modernização das atividades finalísticas e administrativas do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP).

4.1.2. A demanda fundamenta-se na necessidade imperativa de prover aos empregados públicos e aos departamentos ferramentas tecnológicas adequadas, seguras e atualizadas. O objetivo primordial é assegurar a eficiência administrativa, a celeridade processual e a mitigação de riscos relacionados à segurança da informação e à proteção de dados.

4.1.3. No âmbito da Gerência de Tecnologia da Informação (GTI), especificamente para a equipe de desenvolvimento, a demanda considera a sustentação e a evolução dos sistemas críticos de negócio, voltados às atividades-fim de fiscalização e atendimento ao profissional, destacando-se os sistemas: *SICSP 2.0*, *Fiscaliza*, *+Fácil* e *Agiliza*. Para atender à crescente demanda por novas funcionalidades, manutenção do legado e integração de recursos de Inteligência Artificial (IA), faz-se necessária a aquisição de um conjunto de ferramentas de alta performance, detalhadas a seguir:

4.1.4. Suíte unificada de Ambientes de Desenvolvimento Integrado (IDE) multilinguagem, composta por ferramentas especializadas para codificação, teste e manutenção de *software*. A solução deve oferecer recursos nativos de análise estática de código, refatoração inteligente, depuração (*debugging*) avançada e integração com controle de versão. É requisito obrigatório que a solução inclua complemento, extensão ou funcionalidade específica para suporte avançado ao *framework PHP Symfony*, incluindo recursos de autocompletar para serviços, rotas e *templates*, injeção de dependência e navegação de código, a fim de garantir a compatibilidade técnica e a manutenção produtiva dos sistemas corporativos legados e vigentes da Autarquia.

4.1.5. Solução de assistência à programação baseada em Inteligência Artificial (IA) Generativa, integrada ao ambiente de desenvolvimento (IDE). A ferramenta deve fornecer sugestões de código em tempo real, baseadas no contexto do projeto, além de funcionalidades de chat para explicação, geração de documentação técnica automatizada e auxílio na refatoração de códigos legados. É requisito mandatório que a licença ofertada seja de categoria corporativa, garantindo contratualmente que os dados, trechos de código e propriedades intelectuais da CONTRATANTE não sejam utilizados para o treinamento ou retenção pelos modelos de IA públicos do fabricante, assegurando a confidencialidade e privacidade das informações, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.1.6. Plataforma de análise estática de código e gestão da qualidade de *software*, com capacidade de integração nativa em esteiras de Integração e Entrega Contínuas (CI/CD). A solução deve possuir funcionalidades avançadas de Teste de Segurança de Aplicativo Estático (SAST), permitindo a identificação automatizada de vulnerabilidades e anomalias diretamente no fluxo de desenvolvimento, assegurando a correção preventiva de falhas de segurança antes da implantação em ambiente de produção.

4.1.7. Solução para a manipulação, renderização e processamento programático de arquivos eletrônicos no padrão PDF. A ferramenta deve permitir a integração direta (via API ou bibliotecas nativas) às aplicações internas da CONTRATANTE, habilitando funcionalidades de geração dinâmica, edição, conversão e anotação de documentos legais e certidões de forma automatizada (*backend*), garantindo alto desempenho sem dependência de *softwares* leitores externos.

4.1.8. Serviço de Interface de Programação de Aplicações (API) de busca e recuperação de informações na *web*, otimizada para a alimentação de contexto em agentes de Inteligência Artificial e arquiteturas de Geração Aumentada por Recuperação (RAG). A solução deve fornecer resultados de pesquisa em tempo real, estruturados para consumo por Modelos de Linguagem (LLMs), permitindo a conexão de assistentes virtuais a fontes de dados externas confiáveis e atualizadas.

4.1.9. Considerando a implementação do sistema “*Fiscaliza*” e a modernização da equipe de fiscalização com o fornecimento de *tablets* para uso externo, bem como o cenário de trabalho híbrido adotado por diversos departamentos, identificou-se a necessidade de suporte remoto eficiente. A equipe de suporte técnico da GTI requer um *software* especializado para manutenção e acesso remoto aos dispositivos (*notebooks* e *tablets*) que se encontram fora das dependências da Sede. Tal ferramenta é imprescindível para viabilizar configurações e ajustes técnicos sem a necessidade de deslocamento físico dos equipamentos ou dos empregados, otimizando recursos e tempo.

4.1.10. Para as equipes de infraestrutura, banco de dados, segurança da informação e suporte técnico, faz-se necessária a aquisição das seguintes soluções:

4.1.11. *Software* de ambiente integrado para administração, desenvolvimento e gerenciamento de bancos de dados baseados no *SGBD PostgreSQL*. A solução deve oferecer interface gráfica robusta com recursos de modelagem visual, construtor de consultas (*Visual Query Builder*), ferramentas de comparação e sincronização de esquemas, visando otimizar a produtividade na manutenção da integridade e performance do ambiente de dados.

4.1.12. Solução corporativa de Gerenciamento de Identidade e Acesso (IAM) baseada em nuvem. A licença deve prover recursos de segurança que permitam a configuração de políticas de Acesso Condicional (*Conditional Access*), controle automatizado com base em sinais dinâmicos (localização, conformidade do dispositivo e risco), suporte nativo a Autenticação Multifator (MFA) e integração híbrida. Esta aquisição é crítica para a proteção dos recursos corporativos e para o atendimento aos requisitos de conformidade com a LGPD e normas de segurança cibernética.

4.1.13. Solução corporativa para acesso, controle e suporte técnico remoto de estações de trabalho e servidores. A ferramenta deve garantir a segurança das sessões via criptografia de ponta



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

a ponta, oferecendo gestão centralizada, relatórios gerenciais e registros de auditoria (*logs*) detalhados, assegurando a rastreabilidade das ações técnicas.

4.1.14. As contratações supracitadas alinham-se diretamente às necessidades operacionais da GTI, visando à manipulação segura dos bancos de dados, ao aumento da produtividade no desenvolvimento de sistemas e à eficiência no suporte técnico a dispositivos móveis e *hosts* distribuídos geograficamente.

4.1.15. Identificou-se a necessidade transversal de diversas áreas do Coren-SP, tais como: Gerência de Planejamento (GPLAN), Gerência de Governança e Integridade (GGI), Gerência de Fiscalização (GEFIS), CORREGEDORIA, Gerência de Processo Ético (GPE), Gerência de Gestão de Pessoas (GGP), Gerência Jurídica (GJUR), Gerência de Compras e Contratos (GCC), Gerência de Atendimento, Registro e Cadastro (GARC), GABINETE e Gerência da Comunicação (GECOM); quanto ao aprimoramento na produção de materiais visuais. Para garantir a padronização e o fortalecimento da identidade institucional, verificou-se a necessidade de adoção de uma plataforma de design gráfico baseada em nuvem (*SaaS*). A solução deve oferecer recursos corporativos, incluindo integração para *Logon Único (SSO)*, painel administrativo centralizado e fluxos de aprovação, permitindo a produção colaborativa e descentralizada de comunicados, manuais e campanhas, com uniformidade estética e otimização de recursos.

4.1.16. No âmbito da Gerência Administrativa (GEAD), a necessidade de aquisição dos *softwares Autodesk Architecture, Engineering & Construction Collection (AEC)* e *Microsoft Planner and Project* justifica-se pela demanda técnica dos empregados públicos responsáveis por projetar e planejar obras e serviços estruturais. A aquisição visa, ainda, ao cumprimento da Lei nº 14.133/2021 (Art. 19, § 3º) e do Decreto nº 10.306/2020, que estabelecem a obrigatoriedade preferencial da adoção da Modelagem da Informação da Construção (BIM) na execução direta ou indireta de projetos de arquitetura e engenharia e na gestão de obras.

4.1.17. A Gerência de Comunicação (GECOM) requer a manutenção de serviços com alta disponibilidade e aderência a padrões de mercado, garantindo a compatibilidade de formatos de arquivos e a segurança da informação. Especificamente quanto à suíte gráfica *CorelDRAW*, já utilizada pela GECOM, a atualização das licenças é mandatória devido à obsolescência da versão atual. As ferramentas são indispensáveis para tratamento de imagens, vetorização e diagramação de materiais institucionais (livros, revistas, jornais). A continuidade do uso desta solução justifica-se pela preservação do acervo de arquivos editáveis e pelo conhecimento técnico já consolidado na equipe, evitando-se custos adicionais com conversão de formatos e curva de aprendizado em novas ferramentas.

4.1.18. As demais necessidades apresentadas pela GECOM compreendem:

4.1.19. Solução destinada a transmissões de vídeo (lives) de caráter educacional e institucional, com capacidade de conectar e operar câmeras profissionais e dispositivos de áudio/vídeo em interface robusta. A ferramenta será utilizada em ambientes específicos (Auditório, Plenária, Estúdios), garantindo qualidade de transmissão e conectividade com as tecnologias já existentes no Conselho (baseada no PE nº 18/2024 e PA nº 3630/2022).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.1.20. Plataforma de Inteligência Artificial para animação de vídeo, visando operacionalizar a atendente virtual do Coren-SP ("*Maria*"). Após testes técnicos comparativos, a solução *HeyGen* foi a única que apresentou desempenho satisfatório na sincronia labial e animação facial, sem distorções, garantindo a fidelidade visual da personagem e evitando retrabalho operacional, justificando-se sua escolha pela superioridade técnica comprovada.

4.1.21. Plataforma unificada de gerenciamento de redes sociais, permitindo o agendamento simultâneo de publicações, geração de relatórios analíticos, gestão centralizada de mensagens (*inbox/direct*) e controle de fluxo de aprovação. A ferramenta é essencial para agilizar e integrar o monitoramento da comunicação digital do Coren-SP em seus diversos canais.

4.1.22. *Software de streaming* baseado em navegador para a realização ágil de transmissões ao vivo (*lives*) com convidados remotos. A solução justifica-se pela facilidade de uso, eliminando a necessidade de instalação de *softwares* adicionais por parte dos participantes externos, garantindo a viabilidade de debates e eventos educacionais online.

4.1.23. Aplicativo de edição de vídeo móvel voltado para a criação rápida e intuitiva de conteúdo para redes sociais, com acesso a recursos avançados de edição diretamente em dispositivos móveis, conferindo eficiência e qualidade profissional às captações externas realizadas pela equipe de comunicação.

4.2. Requisitos De Capacitação

4.2.1. Não será necessária a capacitação dos empregados públicos para o conjunto de soluções de *software* listados neste Termo de Referência.

4.3. REQUISITOS DE CONFORMIDADE, GARANTIA DE PROCEDÊNCIA E ENTREGA

4.3.1. Visando mitigar os riscos de aquisição de licenciamento irregular, pirataria ou chaves de ativação oriundas do "mercado cinza", bem como garantir a compatibilidade técnica com o ambiente atual, estabelecem-se os seguintes requisitos:

4.3.2. Comprovação de canal autorizado, a LICITANTE deverá comprovar que está formalmente autorizada a comercializar as soluções ofertadas, atuando como Parceira Oficial ou Revenda Autorizada junto aos respectivos fabricantes (ou Distribuidores Oficiais). A comprovação dar-se-á mediante apresentação de certificado ou declaração oficial passível de verificação pública;

4.3.3. Vedação ao mercado paralelo, não será admitido o fornecimento de licenças do tipo "OEM" avulsas ou chaves de varejo doméstico. As subscrições deverão ser emitidas nominalmente para o CNPJ da CONTRATANTE;

4.3.4. Não serão aceitas, sob nenhuma hipótese, licenças do tipo educacionais ou acadêmicas (*Education*). O Coren-SP, na qualidade de Conselho de Fiscalização Profissional, não atende aos critérios de elegibilidade para uso de soluções destinadas a escolas, educadores e alunos;

4.3.5. Especificidades técnicas para o Licenciamento das licenças da *Microsoft*: Considerando as características da infraestrutura de nuvem já existente, aplicam-se regras estritas para os itens da fabricante *Microsoft*:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.3.6. Forma de Entrega (Provisionamento): Os fornecimentos das licenças deverão ocorrer através da central de administração e gerenciamento de licenças da *Microsoft*, também conhecido como painel de administração do *Microsoft 365* ("Admin Center do Microsoft 365"), disponível em <https://admin.microsoft.com/>. A CONTRATADA deve disponibilizar as licenças contratadas diretamente dentro do *Tenant Microsoft 365* do Coren-SP já existente, permitindo que a equipe técnica da CONTRATANTE realize a redistribuição autônoma das licenças entre os empregados públicos;

4.3.7. Restrição de Modalidade (Não Education): Não serão aceitas, sob nenhuma hipótese, licenças do tipo educacionais ou acadêmicas (Linha A / *Education*). O Coren-SP, na qualidade de Conselho de Fiscalização Profissional, não atende aos critérios de elegibilidade para uso de soluções destinadas a escolas, educadores e alunos;

4.3.8. Restrição de Acordo Governamental (Não SISP): Não serão permitidas licenças provenientes do Acordo Corporativo nº 8/2020-MS/ME (celebrado entre a *Microsoft* e o Ministério da Economia para órgãos do SISP - Processo nº 19974.100514/2019-01). O Coren-SP declara expressamente não atender aos critérios de elegibilidade para adesão ("carona") ao referido acordo, não sendo integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal. As licenças devem ser ofertadas na modalidade Governo/Corporativo padrão, livre de vínculos com o contrato marco federal citado;

4.3.9. Integração de Identidade: A solução licenciada deverá permitir nativamente o uso de endereços de e-mail personalizados, utilizando o domínio corporativo vigente "@coren-sp.gov.br". Além disso, deverá suportar a integração de usuários e senhas a partir do serviço de diretório local (*Microsoft Active Directory*) para a nuvem, via sincronização ou federação de acesso

4.4. Requisitos Legais

4.4.1. A presente contratação fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais e normativos, que regem a aquisição de bens e serviços de tecnologia, a proteção de dados e a governança pública, além da legislação aplicável à generalidade das contratações públicas:

4.4.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos): Estabelece as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, regulamentando a fase preparatória e a obrigatoriedade dos Estudos Técnicos Preliminares, o planejamento de compras e os procedimentos para o Sistema de Registro de Preços;

4.4.3. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD): Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa jurídica de direito público, estabelecendo a obrigatoriedade de adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais nas soluções de *software* contratadas;

4.4.4. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet): Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, aplicável às licenças de *software* na modalidade *SaaS* (*Software as a Service*) e serviços em nuvem;

4.4.5. Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 4 de abril de 2019: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos e



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

entidades da Administração Pública Federal, adotada subsidiariamente pelo Coren-SP como referencial de boas práticas de governança e gestão;

4.4.6. Portaria Coren-SP/Plenário/024/2016: De 22 de dezembro de 2016, que institui a Política de Segurança da Informação no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, estabelecendo os requisitos internos de conformidade e proteção dos ativos de informação que as soluções contratadas devem atender

4.5. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

4.5.1. Tratando-se de licenciamento de *software* de uso geral ("de prateleira"), a manutenção dar-se-á por meio da garantia de atualização tecnológica e correção de falhas fornecida pelo fabricante da solução.

4.5.2. Durante todo o período de vigência contratual das subscrições ou durante o ciclo de vida suportado da versão adquirida (no caso de licenças perpétuas), a CONTRATADA deverá assegurar à CONTRATANTE:

4.5.3. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos): Estabelece as normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, regulamentando a fase preparatória e a obrigatoriedade dos Estudos Técnicos Preliminares, o planejamento de compras e os procedimentos para o Sistema de Registro de Preços;

4.5.4. Manutenção Corretiva e Evolutiva: Direito de acesso e instalação de todas as atualizações de segurança (*patches*), correções de erros (*bug fixes*) e novas versões (*upgrades*) disponibilizadas comercialmente pelo fabricante, visando mitigar vulnerabilidades e garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

4.5.5. Suporte Técnico: Acesso aos canais oficiais de suporte do fabricante ou da revenda autorizada, para esclarecimento de dúvidas operacionais, auxílio na instalação, ativação das licenças e resolução de incidentes que impeçam o uso regular da ferramenta.

4.5.6. Para as modalidades de Subscrição (Vigência de 12 ou 36 meses), a contratação deve contemplar suporte técnico e direito a todas as atualizações de versão (*updates* de segurança e *upgrades* de novas funcionalidades) lançadas pelo fabricante durante todo o período de vigência contratado.

4.5.7. Para a modalidade de Licenciamento Perpétuo, a CONTRATADA deve fornecer a versão mais recente do *software* disponível comercialmente no momento da entrega da chave de ativação. A licença deve incluir o direito a *updates* (correções de erros e *patches* de segurança) referentes à versão adquirida, conforme a política de ciclo de vida do fabricante, garantindo-se o direito de uso por prazo indeterminado.

4.5.8. A disponibilização das atualizações e correções deverá ocorrer preferencialmente de forma remota (*download* ou atualização automática), sem custos adicionais além dos pactuados na subscrição ou aquisição inicial.

4.5.9. REQUISITOS TEMPORAIS



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.5.10. O prazo para disponibilização das licenças (chaves de ativação, *links* de acesso, credenciais ou arquivos de instalação) será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, devendo a entrega ser realizada preferencialmente por meio eletrônico, encaminhada ao endereço de e-mail institucional indicado pela CONTRATANTE.

4.5.11. O período de vigência das subscrições iniciar-se-á somente após a efetiva ativação e disponibilização das chaves de acesso (*keys*) ou credenciais à CONTRATANTE, garantindo-se o pleno gozo das funcionalidades contratadas desde o primeiro dia de vigência, vedada a cobrança retroativa por períodos de trâmite administrativo.

4.5.12. As licenças deverão respeitar os períodos de subscrição ou modalidade de aquisição definidos para cada solução, conforme segue:

4.5.13. Vigência de 36 (trinta e seis) meses: Aplicável às soluções de uso continuado e infraestrutura, tais como 'EMS SQL Management Studio', 'TeamViewer Corporate', 'Autodesk AEC Collection', 'Canva Enterprise', 'Foxit PDF Editor', 'Tavily Enterprise', 'GitHub Copilot Enterprise', 'JetBrains All Products Pack', 'Qodana (Ultimate Plus)', 'Microsoft Planner e Project online P3 (plano 3)' e 'Microsoft Entra ID P1', 'Adobe Creative Cloud' e 'Adobe Stock'.

4.5.14. Vigência de 12 (doze) meses: Aplicável às soluções de comunicação e produção de conteúdo específicas, tais como '*mLabs Completo*', '*HeyGen Team*', '*StreamYard Advanced e CapCut*'.

4.5.15. Licenciamento Perpétuo: Aplicável às soluções adquiridas na modalidade de compra definitiva, tais como a '*Suíte Gráfica CorelDRAW 2025*' e '*vMix Pro*', garantindo-se o direito de uso por prazo indeterminado.

4.5.16. REQUISITOS DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE

4.5.17. A CONTRATADA deverá assegurar que todas as soluções de *software* fornecidas, especialmente aquelas baseadas em nuvem (*SaaS - Software as a Service*), adotem medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e institucionais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, em estrita conformidade com o Art. 46 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

4.5.18. A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde absoluto sigilo sobre os dados, informações e documentos fornecidos pelo CONTRATANTE aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do referido Contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelação destes a terceiros, sob qualquer justificativa, exceto quando necessário para a própria execução do suporte técnico junto ao fabricante da solução.

4.5.19. Todas as informações, resultados, relatórios, códigos-fonte, artes gráficas, vídeos e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pelo CONTRATANTE mediante o uso das ferramentas licenciadas serão de exclusiva propriedade do CONTRATANTE. Fica vedada à CONTRATADA ou aos fabricantes das soluções a utilização destes ativos para quaisquer fins comerciais alheios ao contrato, divulgação, reprodução ou veiculação sem prévia e expressa autorização.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.5.20. Especificamente para as ferramentas que utilizam recursos de Inteligência Artificial (como *GitHub Copilot Enterprise*, *HeyGen*, *Tavily* e recursos de IA do *Canva* e *Adobe*), a CONTRATADA deve garantir que os termos de uso e licenciamento assegurem que os dados, *prompts* (comandos de entrada) e códigos proprietários do CONTRATANTE não sejam utilizados para o treinamento de modelos de IA públicos ou compartilhados com outros clientes do fabricante, preservando a privacidade dos dados institucionais.

4.5.21. Para as soluções de Acesso Remoto e Gestão de Identidade (*TeamViewer Corporate* e *Microsoft Entra ID*), as ferramentas devem garantir nativamente a criptografia de dados em trânsito e em repouso (*end-to-end encryption*), bem como permitir a auditoria de acessos através de *logs* (registros de eventos), garantindo a rastreabilidade exigida pela Política de Segurança da Informação.

4.5.22. Em conformidade com o Art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), a CONTRATADA obriga-se a comunicar formalmente ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados ou à integridade dos sistemas da Autarquia, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do conhecimento do fato.

4.5.23. Ademais, deverão ser observadas pela CONTRATADA as normas internas do Coren-SP, tais como: a Portaria Coren-SP/Plenário/024/2016, que normatiza a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), e outras normas que venham a complementá-la ou substituí-la durante a vigência contratual.

4.5.24. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

4.5.25. A contratação deve privilegiar a sustentabilidade ambiental através da desmaterialização dos processos. Portanto, os *softwares* e as chaves de acesso devem ser fornecidos exclusivamente em meio digital (*download* ou acesso SaaS), dispensando-se a entrega de mídias físicas (CDs, DVDs, *Pen drives*) ou embalagens plásticas, visando à redução de resíduos sólidos e à mitigação da pegada de carbono associada à logística de transporte, em consonância com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

4.5.26. Toda a documentação técnica, manuais, guias de instalação e certificados de licenciamento devem ser fornecidos em formato digital (*PDF*, *HTML* ou similar), sendo vedado o fornecimento de cópias impressas em papel, salvo se estritamente exigido por força de lei para fins fiscais. O descritivo deve incluir instruções claras sobre o registro, ativação das licenças e acesso ao portal do fabricante para *download* de atualizações (*updates* e *upgrades*).

4.5.27. As soluções de *software* devem, sempre que a natureza técnica permitir, apresentar interfaces compatíveis com recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas (como leitores de tela e atalhos de teclado), promovendo a inclusão digital dos empregados públicos, em alinhamento com as diretrizes de acessibilidade na *Web* e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

4.5.28. A adoção das ferramentas listadas visa fomentar a cultura de transformação digital, colaboração em nuvem e inovação no âmbito do Coren-SP, reduzindo a dependência de processos manuais e burocráticos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.5.29. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA E INTEROPERABILIDADE

4.5.30. As soluções de *software* que demandem instalação local (*On-Premise* ou *Desktop*) deverão ser plenamente compatíveis com o sistema operacional Microsoft Windows (versões 11 de 64 bits ou superior), atualmente padronizado nas estações de trabalho da CONTRATANTE, garantindo funcionamento estável sem a necessidade de *upgrades* de *hardware* não previstos.

4.5.31. As soluções baseadas em nuvem (*Software as a Service*) deverão ser acessíveis através dos principais navegadores de mercado (*Google Chrome*, *Microsoft Edge* e *Mozilla Firefox*) em suas versões atuais, sem a exigência de *plugins* obsoletos (como *Flash* ou *Java Applets*) ou configurações que comprometam a segurança do navegador.

4.5.32. Sempre que tecnicamente viável e disponível na versão licenciada (especialmente nas versões *Enterprise/Corporativas*), as soluções devem suportar integração com o diretório de identidade da CONTRATANTE (*Microsoft Entra ID / Active Directory*) para autenticação centralizada (SSO - *Single Sign-On*), visando à simplificação do gerenciamento de acesso e ao incremento da segurança.

4.5.33. Para as ferramentas de acesso remoto e comunicação, a arquitetura da solução deve permitir a conexão segura através da *internet* (portas padrão *HTTPS/443*), sem demandar reconfigurações complexas de *Firewall* ou abertura de portas não padronizadas que exponham a rede interna da CONTRATANTE a riscos desnecessários.

4.5.34. REQUISITOS DE PROJETO E IMPLEMENTAÇÃO

4.5.35. Considerando a natureza de *software* de prateleira (*Off-the-Shelf*) e subscrição (*SaaS*), a etapa de implementação consistirá nos procedimentos de disponibilização, ativação e provisionamento das licenças contratadas.

4.5.36. A implementação deverá observar as seguintes etapas mínimas, sob responsabilidade da CONTRATADA:

4.5.37. Entrega Técnica: Fornecimento dos códigos de ativação, *links* de acesso ou credenciais administrativas para os portais de gerenciamento das licenças (ex: Adobe Admin Console, Microsoft 365 Admin Center, Portal Autodesk), dentro do prazo estabelecido nos Requisitos Temporais.

4.5.38. Ativação e Provisionamento: Suporte remoto à equipe técnica da CONTRATANTE para a correta ativação das subscrições junto ao fabricante, garantindo que as licenças sejam reconhecidas e atribuídas corretamente ao *tenant* (ambiente) do Coren-SP.

4.5.39. Validação Funcional: Realização de testes da equipe técnica da CONTRATANTE para confirmar o pleno funcionamento das licenças entregues, assegurando que os recursos contratados (como acesso a ferramentas *Enterprise* ou *plugins* específicos) estejam liberados para uso.

4.5.40. A implementação será considerada concluída somente após a validação bem-sucedida do acesso às ferramentas por parte da equipe técnica da CONTRATANTE, formalizada mediante Termo de Recebimento Provisório ou Definitivo, conforme os ritos da Lei nº 14.133/2021.

4.5.41. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.5.42. A efetiva instalação e configuração das soluções nas estações de trabalho e dispositivos móveis da Autarquia serão realizadas pela equipe técnica da CONTRATANTE.

4.5.43. Caberá à CONTRATADA, para viabilizar a implantação, fornecer os insumos necessários, tais como disponibilização das licenças (chaves de ativação), credenciais, *links* oficiais para *download* dos instaladores (*setup*) e arquivos de instalação (se necessário).

4.5.44. REQUISITOS DE GARANTIA

4.5.45. A garantia técnica dos *softwares* objeto desta contratação consistirá na asseguuração de seu pleno funcionamento, estabilidade e segurança durante todo o período de vigência das subscrições contratadas, ou pelo período legalmente estabelecido para as licenças perpétuas.

4.5.46. Os *softwares* deverão ser entregues em suas versões mais recentes e estáveis (*Stable Release*) disponibilizadas comercialmente pelo fabricante no momento da ativação. A CONTRATADA deverá garantir que as licenças estejam cobertas por contratos ativos de suporte e manutenção junto ao fabricante (*Software Assurance* ou equivalente), assegurando à CONTRATANTE o direito de uso legítimo e assistido.

4.5.47. Durante o período de vigência contratual (para subscrições) e durante o ciclo de vida suportado (para licenças perpétuas), a CONTRATADA deverá garantir a atualização tecnológica contínua da solução, sem custos adicionais, abrangendo:

4.5.48. Atualizações de segurança (*Security Patches*), com fornecimento imediato de correções para vulnerabilidades conhecidas, visando mitigar riscos cibernéticos e assegurar a conformidade com as medidas de segurança exigidas pelo Art. 46 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

4.5.49. Atualizações de correção (*Bug Fixes/Updates*), com a disponibilização de correções para falhas de funcionamento, erros de código (*bugs*) ou incompatibilidades técnicas que possam surgir;

4.5.50. Atualizações de versão (*Upgrades/Releases*), com disponibilização de novas versões do *software* que agreguem novas funcionalidades ou melhorias de desempenho, assim que tornadas públicas pelo fabricante, respeitando-se as regras de licenciamento de cada produto.

4.5.51. A garantia compreende, ainda, o acesso aos canais de suporte técnico do fabricante ou da própria CONTRATADA (quando esta atuar como nível 1 de suporte), para a resolução de incidentes que impeçam ou dificultem a utilização das ferramentas, devendo o atendimento ser prestado em conformidade com os Níveis de Serviço (SLA).

4.5.52. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

4.5.53. Não serão exigidos requisitos de qualificação técnico-profissional (atestados de experiência de profissionais específicos da equipe da licitante), uma vez que o objeto da contratação se limita ao fornecimento de subscrições e licenças de uso de *software* padronizado de mercado ("de prateleira").

4.5.54. A natureza do objeto não envolve o desenvolvimento de sistemas sob medida, serviços de engenharia ou a dedicação exclusiva de mão de obra que justifiquem a exigência prevista no Art.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bastando a comprovação da capacidade operacional da empresa para o fornecimento das chaves de acesso e o suporte técnico padronizado do fabricante.

4.5.55. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DE EQUIPE

4.5.56. Não serão exigidos requisitos específicos quanto à formação acadêmica, titulação ou composição da equipe técnica da CONTRATADA para fins de habilitação ou execução contratual.

4.5.57. Tal dispensa justifica-se pelo fato de o objeto da contratação limitar-se ao fornecimento de licenças e subscrições de *software* padronizado ("de prateleira"), não envolvendo a alocação de mão de obra residente, dedicação exclusiva de profissionais ou a prestação de serviços de natureza intelectual personalizada nas dependências da CONTRATANTE.

4.5.58. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

4.5.59. Não serão estabelecidos requisitos específicos quanto à metodologia de trabalho, processos de desenvolvimento ou gestão de projetos a serem seguidos pela CONTRATADA.

4.5.60. Tal dispensa deve-se à natureza do objeto, caracterizado como fornecimento de *software* de uso geral e padronizado ("de prateleira"), cujas funcionalidades, ciclos de desenvolvimento e roteiros de evolução (*roadmap*) são definidos exclusivamente pelos respectivos fabricantes, cabendo à CONTRATANTE apenas a utilização das ferramentas conforme os termos de licenciamento.

4.5.61. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

4.5.62. As soluções que envolvam autenticação de usuários (como *Microsoft Entra ID*, *TeamViewer*, *Canva Enterprise*) devem suportar mecanismos de autenticação forte ou integração com a base de usuários corporativa, permitindo a gestão centralizada de identidades e a revogação imediata de acessos em caso de desligamento de empregados públicos.

4.5.63. A CONTRATADA deve garantir que o fornecimento das licenças e dos *softwares* ocorra livre de vírus, *malware*, *spyware* ou quaisquer códigos maliciosos que possam comprometer a infraestrutura tecnológica da CONTRATANTE.

4.5.64. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes de confidencialidade e sigilo estabelecidas pela CONTRATANTE, abstendo-se de utilizar dados institucionais para fins diversos do objeto contratado.

4.5.65. REQUISITOS TÉCNICOS

4.5.66. As especificações técnicas encontram-se detalhadas no Anexo II.

4.6. Sustentabilidade

4.6.1. A contratação observará critérios de sustentabilidade, priorizando soluções que contribuam para a redução do consumo de recursos físicos, tais como papel, insumos e equipamentos, por meio da digitalização de processos e do uso de plataformas em nuvem.

4.6.2. Sempre que possível, deverão ser priorizadas soluções que adotem boas práticas de eficiência energética e computacional, bem como políticas de responsabilidade socioambiental por parte dos fornecedores.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.7. Da exigência de amostra

4.7.1. Não é exigida amostra para o objeto.

4.8. Indicação de marcas ou modelos

4.8.1. As marcas, fabricantes ou soluções eventualmente mencionados neste Termo de Referência e em seus anexos possuem caráter meramente referencial, sendo admitida a oferta de soluções equivalentes, desde que comprovado o atendimento integral às especificações técnicas, funcionais e de segurança estabelecidas.

4.8.2. A admissibilidade de soluções equivalentes aplica-se exclusivamente aos itens expressamente indicados como “ou equivalente” na tabela de itens e no Anexo II – Especificações Técnicas.

4.8.3. Para os itens em que restou caracterizada a inviabilidade técnica de substituição por solução equivalente, conforme justificativas constantes neste Termo de Referência, não será admitida a substituição por outras marcas ou modelos.

4.8.4. As referências a marcas constantes neste Termo de Referência e no Anexo II têm como finalidade a padronização tecnológica, a compatibilidade com o ambiente existente e a continuidade operacional, não configurando direcionamento indevido.

4.8.5. Para fins de clareza, não será admitida a substituição por soluções equivalentes nos seguintes itens, em razão de inviabilidade técnica devidamente justificada neste Termo de Referência:

4.8.5.1. Microsoft (licenças e serviços correlatos);

4.8.5.2. Autodesk (AEC Collection);

4.8.5.3. Adobe (Creative Cloud e correlatos);

4.8.5.4. JetBrains;

4.8.5.5. TeamViewer;

4.8.6. Para os demais itens, será admitida a oferta de soluções equivalentes, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas estabelecidas.

4.8.7. A eventual indicação de marcas, fabricantes ou modelos neste Termo de Referência não tem caráter restritivo, sendo adotada como referência técnica de mercado, visando exclusivamente:

4.8.8. garantir a padronização tecnológica das soluções já utilizadas pelo Coren-SP, assegurando compatibilidade com o ambiente existente;

4.8.9. assegurar a continuidade operacional dos serviços, especialmente nos casos em que há dependência de formatos proprietários, integrações nativas ou conhecimento técnico previamente consolidado pelas equipes internas;

4.8.10. permitir a descrição objetiva e clara das funcionalidades e requisitos mínimos esperados, facilitando a compreensão do objeto pelos licitantes;

4.8.11. resguardar a interoperabilidade entre sistemas, plataformas e bases de dados já implantadas;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.8.12. evitar riscos de incompatibilidade técnica, retrabalho, perda de dados ou descontinuidade de serviços essenciais.

4.8.13. Nos casos em que restou demonstrada a inviabilidade técnica de substituição por soluções equivalentes, conforme análise constante neste Termo de Referência, a indicação de marca justifica-se pela necessidade de manutenção do ecossistema tecnológico existente.

4.8.14. As referências a marcas, fabricantes ou soluções constantes deste Termo de Referência não implicam restrição à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), tampouco limitam o tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, devendo ser observada, quando aplicável, a análise individualizada de enquadramento realizada para cada item ou grupo.

4.9. Dos serviços associados (suporte, manutenção e atualização)

4.9.1. Para os itens que envolvem subscrição, licenciamento contínuo ou utilização de soluções em nuvem (SaaS), será obrigatório o fornecimento de serviços associados de suporte técnico, manutenção e atualização, conforme níveis de serviço e condições estabelecidas no Anexo II – Especificações Técnicas.

4.9.2. Considera-se que tais serviços são inerentes à execução do objeto para os itens contratados sob regime de subscrição ou disponibilização contínua, incluindo, de forma obrigatória, abertura de chamados técnicos, acompanhamento de incidentes, atualização de versões e suporte à utilização das soluções, conforme previsto no Anexo II.

4.9.3. Os serviços de suporte técnico deverão ser prestados pelo fabricante, por representante autorizado ou por empresa devidamente credenciada, garantindo atendimento adequado durante toda a vigência contratual.

4.9.4. Não se aplica a obrigatoriedade de suporte técnico contínuo aos itens de licenciamento perpétuo, exceto quando expressamente previsto nas especificações técnicas.

4.10. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.10.1. Não se aplica.

4.11. Da exigência de carta de solidariedade

4.11.1. Não se aplica.

4.12. Subcontratação

4.12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, tendo em vista que o fornecimento das licenças deverá ser realizado diretamente pelo fornecedor ou por representante autorizado pelo fabricante, garantindo a legitimidade do licenciamento.

4.13. Garantia da Contratação

4.13.1. Não será exigida garantia da execução para o objeto licitatório.

4.14. Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.14.1. A contratação destina-se ao fornecimento de licenças de uso e subscrições de softwares padronizados de mercado, classificados como soluções de Tecnologia da Informação e



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Comunicação (TIC), conforme especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e Anexo II – Especificações Técnicas.

4.14.2. As licenças poderão ser contratadas nas modalidades subscrição (prazo determinado) ou licença perpétua, conforme a solução, incluindo, quando inerente ao modelo de licenciamento, atualizações, correções de segurança e suporte técnico do fabricante durante o período de vigência.

4.14.3. A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, permitindo a aquisição sob demanda, de acordo com as necessidades do Coren-SP, observados os quantitativos estimados, os limites da Ata e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.14.4. As soluções deverão ser compatíveis com o ambiente tecnológico existente do Coren-SP, incluindo sistemas operacionais, infraestrutura em nuvem e políticas internas de segurança da informação, não sendo admitido o fornecimento de licenças irregulares, descontinuadas ou incompatíveis.

4.14.5. RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.14.6. Não será aplicada reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de licenças de software, cujo fornecimento depende de modelo de licenciamento específico, autorização do fabricante e compatibilidade técnica, circunstâncias que podem comprometer a execução do objeto e a economicidade em caso de fracionamento da contratação.

4.14.7. MARGEM DE PREFERÊNCIA

4.14.7.1. Não se aplica margem de preferência ao objeto da contratação, uma vez que se trata de licenciamento de software, bem intangível, que não se enquadra como bem manufaturado nacional, reciclado, reciclável ou biodegradável, inexistindo ato normativo específico que autorize a aplicação de margem de preferência para este objeto.

4.14.8. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

4.14.9. São obrigações da CONTRATANTE:

4.14.10. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

4.14.11. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

4.14.12. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

4.14.13. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

4.14.14. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.14.15.** comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 4.14.16.** definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 4.14.17.** prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.
- 4.14.18.** São obrigações do CONTRATADO:
- 4.14.19.** indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 4.14.20.** atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 4.14.21.** reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 4.14.22.** propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 4.14.23.** manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 4.14.24.** quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 4.14.25.** quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 4.14.26.** ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e
- 4.14.27.** fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.
- 4.14.28.** São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:
- 4.14.29.** Conduzir o procedimento licitatório, efetuar o registro dos fornecedores vencedores e firmar a respectiva Ata de Registro de Preço;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.14.30. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, promovendo, quando necessário, a renegociação de preços ou condições registradas, observado o disposto na legislação vigente;

4.14.31. Realizar o acompanhamento e a fiscalização das contratações decorrentes da Ata, inclusive quanto à regularidade do fornecimento das licenças de software;

4.14.32. Autorizar e formalizar as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, conforme as necessidades institucionais e os limites registrados;

4.14.33. Não se aplica à presente contratação a gestão de órgãos participantes ou não participantes, tampouco a definição de fila de fornecimento, produtividade mínima ou verificação de amostra, em razão da natureza do objeto, consistente em aquisição de licenças de software padronizadas de mercado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Rotinas de execução

5.1.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Ordem de Compra, emitido pelo gestor ou fiscal da contratação, contendo a identificação da solução, a quantidade de licenças, a modalidade de licenciamento, o prazo de vigência e as demais condições aplicáveis.

5.1.2. O fornecedor deverá disponibilizar as licenças de software exatamente nas quantidades, modalidades e condições definidas na Ordem de Fornecimento, observadas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

5.2. Forma de Execução e Acompanhamento da Contratação

5.2.1. O prazo para disponibilização das licenças será de até **10 (dez) dias**, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra, salvo prazo diverso estabelecido na proposta vencedora ou pelo fabricante da solução.

5.2.2. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estabelecido, o fornecedor deverá comunicar formalmente o fato à Contratante, com a devida justificativa, para análise de eventual prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

5.2.3. Não se aplica endereço físico de entrega, uma vez que o objeto consiste em licenciamento de software.

5.3. Formas de transferência de conhecimento

5.3.1. Não será exigida transferência formal de conhecimento, considerando que as soluções contratadas consistem em softwares padronizados de mercado, cuja utilização se dá por meio de interfaces usuais e documentação disponibilizada pelos próprios fabricantes.

5.3.2. Procedimentos de Transição e Finalização da Contratação

5.3.3. Não serão necessários procedimentos formais de transição ou finalização da contratação.

5.3.4. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

5.3.5. Cada Ordem de Compra conterá o quantitativo de licenças a serem disponibilizadas, bem como o respectivo período de vigência, servindo como referência para controle e acompanhamento da execução.

5.3.6. Formas de Pagamento

5.3.7. Os critérios de medição, aceite e pagamento serão tratados em tópico próprio.

5.3.8. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança da Informação

5.3.9. O fornecedor deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações e documentos a que venha a ter acesso em razão da execução da contratação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e demais normas aplicáveis.

5.3.10. Não se aplica a exigência de assinatura de Termo de Confidencialidade individual por empregados do fornecedor, considerando que o objeto consiste em licenciamento de software padronizado de mercado, sem alocação de mão de obra ou prestação continuada de serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

6.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

6.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

6.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.8. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

6.9. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

6.10. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

6.11. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

6.12. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

6.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

6.14. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.15. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.16. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.17. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.18. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.23. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022.

6.24. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.25. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.26. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.27. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.28. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.29. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.30. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.31. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1. A aceitação do objeto contratado dar-se-á mediante verificação do atendimento às especificações técnicas, funcionais e quantitativas previstas neste Termo de Referência e em seus anexos.

7.2. Serão considerados como critérios mínimos de aceitação:

7.2.1. disponibilização das licenças de software nas quantidades contratadas;

7.2.2. ativação das licenças em nome da Contratante ou vinculadas ao ambiente institucional indicado;

7.2.3. conformidade do tipo de licença, modalidade de uso e prazo de vigência com as especificações técnicas;

7.2.4. inexistência de restrições, limitações de uso ou pendências que impeçam a plena utilização das licenças;

7.2.5. fornecimento de documentação mínima necessária à comprovação da regularidade e validade das licenças.

7.2.6. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a confirmação, pelo fiscal técnico, de que as licenças encontram-se ativas e plenamente operacionais.

Procedimentos de Teste e Inspeção



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 7.2.7.** Para fins de recebimento provisório e definitivo, serão adotados os seguintes procedimentos:
- 7.2.8.** conferência da disponibilização das licenças em painel administrativo, portal do fabricante ou outro meio oficial;
- 7.2.9.** verificação do correto vínculo das licenças à Contratante;
- 7.2.10.** validação do prazo de vigência contratado;
- 7.2.11.** teste amostral de acesso e uso das funcionalidades básicas, quando aplicável.

Níveis Mínimos de Serviço

- 7.2.12.** O prazo máximo para disponibilização das licenças será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Compra.
- 7.2.13.** O atraso injustificado na disponibilização das licenças sujeitará a Contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, no Termo de Referência e no Contrato, inclusive multa por atraso, conforme previsto no instrumento contratual.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.2.14.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- 7.2.15.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.2.16.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.2.17.** der causa à inexecução total do contrato;
- 7.2.18.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 7.2.19.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 7.2.20.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.2.21.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.2.22.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 7.2.23.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 7.2.24.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.25.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.2.26. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.27. Multa:

7.2.28. Multa Moratória: Em caso de atraso injustificado na disponibilização das licenças ou no cumprimento dos prazos contratuais, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor total contratado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

7.2.29. Multa Compensatória – Inexecução Parcial: Pela inexecução parcial do objeto, assim caracterizada quando o fornecimento ocorrer em desacordo com as especificações técnicas ou de forma incompleta, poderá ser aplicada multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor da parcela afetada.

7.2.30. Multa Compensatória – Inexecução Total: Pela inexecução total do contrato, assim entendida a não disponibilização das licenças contratadas ou a recusa injustificada em cumprir as obrigações assumidas, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.2.31. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos ou cobradas judicialmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.2.32. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.2.33. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.2.34. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.2.35. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.2.36. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.2.37. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2.38. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.2.39. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.2.40. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.2.41. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.2.42. as peculiaridades do caso concreto;

7.2.43. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.2.44. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.2.45. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.2.46. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.2.47. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.2.48. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.2.49. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.2.50. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.51. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis (artigo 7º, §2º, da Instrução Normativa nº 77, de 2022).

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem por conta do contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. O prazo de validade;
- b. A data de emissão;
- c. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. O período respectivo de execução do contrato;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- e. O valor a pagar; e
- f. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

8.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77 de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamentos.

Cessão de crédito

8.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.30. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.31. Os preços registrados e/ou contratados serão fixos e irredutíveis pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

8.32. Para as licenças contratadas na modalidade de pagamento único, com subscrição previamente definida (12 ou 36 meses), não se aplica reajuste, uma vez que o valor contratado contempla integralmente todo o período de vigência da licença.

8.33. Para as licenças cujo modelo de contratação envolva pagamentos periódicos anuais, o reajuste poderá ser aplicado após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, mediante aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pelo IPEA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, observada a legislação vigente.

9. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

9.1. Não será permitida a participação de pessoa física, empresas em consórcio ou cooperativas, tendo em vista a natureza do objeto, que envolve o fornecimento de licenças de software corporativo, com necessidade de gestão centralizada, suporte técnico especializado e responsabilidade contratual única, o que exige capacidade técnica e operacional incompatível com tais modalidades.

9.2. A vedação encontra respaldo na necessidade de garantir a adequada execução contratual, a padronização do suporte técnico e a responsabilização direta do fornecedor, sem prejuízo à competitividade, uma vez que o mercado é amplamente composto por empresas aptas a atender ao objeto.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, observado o seguinte:

10.1.1. julgamento por item para os itens 1 a 13;

10.1.2. julgamento por grupo para os itens 14 a 19.

10.1.3. Os grupos serão formados da seguinte forma:

10.1.4. Grupo 1: itens 14 e 15;

10.1.5. Grupo 2: itens 16 e 17;

10.1.6. Grupo 3: itens 18 e 19.

10.1.7. O agrupamento dos itens justifica-se pela necessidade de manutenção da compatibilidade técnica entre as soluções, bem como pela integração funcional dentro de um mesmo ecossistema tecnológico.

10.1.8. Para os itens agrupados, será obrigatória a cotação de todos os itens que compõem o respectivo grupo, sob pena de desclassificação da proposta para o grupo.

10.2. A divisão entre julgamento por item e por grupo foi definida com base em critérios técnicos de compatibilidade, modelo de comercialização das soluções e necessidade de integração funcional, não configurando fracionamento indevido do objeto.

10.3. Para fins de aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, foi realizada análise individualizada dos itens e grupos quanto à possibilidade de concessão de tratamento diferenciado e exclusivo para micro e pequenas empresas, considerando o valor estimado, a natureza da solução e as condições de mercado.

10.4. Conforme análise constante da matriz de enquadramento de mercado (ME/EPP), verificou-se que:

10.4.1. alguns itens comportam participação de ME/EPP e aplicação de exclusividade;

10.4.2. outros itens não comportam aplicação de exclusividade em razão da natureza da solução, modelo de fornecimento centralizado ou existência de mercado restrito de fornecedores.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.5. Assim, a aplicação de tratamento diferenciado não foi adotada de forma automática, mas sim mediante motivação técnica e análise de mercado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da legislação correlata.

Forma de fornecimento

10.6. O fornecimento do objeto será parcelado, de acordo com as necessidades do Coren-SP (Sistema de Registro de Preços).

Critérios de aceitabilidade de preços

10.7. Os preços unitários ofertados deverão ser compatíveis com os valores estimados pela Administração, conforme pesquisa de preços realizada, sendo desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos preços máximos aceitáveis definidos para a contratação.

10.8. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores unitários ou globais superiores aos preços máximos aceitáveis definidos pela Administração.

Exigências de habilitação

10.9. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

10.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.16. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.17. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.24. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.27. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.28. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.29. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
------	-------------



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
--	---

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

10.30. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação*.

10.31. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.32. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.33. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.34. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica:

10.35. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante já executou o fornecimento, licenciamento, subscrição ou disponibilização de softwares corporativos, com características compatíveis com os itens pretendidos.

10.36. Para fins de comprovação da aptidão técnica, os atestados deverão demonstrar, no mínimo:

10.36.1. Fornecedor, licenciamento, subscrição ou disponibilização de soluções tecnológicas compatíveis com o item ou grupo ao qual o licitante estiver concorrendo, observado o seguinte:

10.36.1.1. Para os itens **1 (EMS SQL), 2 (TeamViewer) e 16 (JetBrains)**: fornecimento, licenciamento, disponibilização ou subscrição de softwares corporativos, com serviços associados de suporte técnico, manutenção ou gestão de licenças.

10.36.1.2. Para os itens **3 (Autodesk) e 14 (Adobe Creative Cloud)**: fornecimento, licenciamento ou subscrição de suítes corporativas de software, com múltiplos usuários ou ambiente corporativo estruturado.

10.36.1.3. Para os itens **4 (Canva), 7 (mLabs), 8 (HeyGen), 9 (StreamYard) e 10 (CapCut)**:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

fornecimento ou disponibilização de soluções baseadas em nuvem (SaaS – Software as a Service).

10.36.1.4. Para o item **5 (Foxit PDF SDK)**: fornecimento ou disponibilização de bibliotecas de desenvolvimento (SDK), APIs ou soluções similares para integração de sistemas.

10.36.1.5. Para os itens **6 (Tavily) e 13 (GitHub Copilot)**: fornecimento, licenciamento ou disponibilização de soluções baseadas em inteligência artificial ou ferramentas de apoio ao desenvolvimento com IA.

10.36.2. Atendimento aos quantitativos mínimos, admitido o somatório de atestados, observado o seguinte:

10.36.2.1. comprovação de fornecimento, licenciamento, subscrição ou disponibilização de soluções de software corporativo compatíveis em características, abrangendo licenças, subscrições ou serviços relacionados;

10.36.2.2. para os itens ou grupos de maior relevância técnica e econômica, conforme definido no Anexo II – Especificações Técnicas, poderá ser exigida a comprovação de fornecimento mínimo correspondente a até 30% (trinta por cento) dos quantitativos estimados;

10.36.2.3. para soluções baseadas em modelo SaaS (Software as a Service), bem como aquelas estruturadas por consumo, incluindo fornecimento por créditos, APIs ou uso sob demanda, será admitida a comprovação de fornecimento compatível em características, sem exigência de quantitativo mínimo específico;

10.36.2.4. a comprovação de aptidão técnica poderá abranger diferentes categorias de soluções tecnológicas, desde que demonstrada a capacidade da licitante para o fornecimento de itens similares aos previstos neste Termo de Referência.

10.36.2.5. execução satisfatória do fornecimento, conforme declarado nos atestados apresentados.

10.36.2.6. será admitida a apresentação de mais de um atestado, inclusive relativos a contratos distintos.

10.36.2.7. os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial da licitante.

10.36.2.8. a licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, documentos complementares para comprovação da autenticidade dos atestados.

10.36.3. A comprovação de aptidão técnica será exigida apenas para os itens aos quais a licitante apresentar proposta.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

10.36.4. As exigências de qualificação técnica foram definidas com base na complexidade, diversidade e criticidade das soluções previstas, visando assegurar a aptidão do fornecedor sem restringir indevidamente a competitividade.

Disposições gerais sobre habilitação

10.36.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.36.6. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.36.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.36.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.36.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

11.1. O valor máximo estimado para a presente contratação, considerando o consumo potencial dos itens registrados em ata, é de R\$ **R\$ 4.256.901,66 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e um reais e sessenta e seis centavos)**, conforme levantamento de preços e estimativa de demanda constantes e da planilha de estimativa de custos que integra o processo administrativo.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas com a contratação serão acobertadas dentro do elemento de despesa nº **6.2.2.1.1.33.90.39.002.027 - Serviços De Informática.**

São Paulo, 05 de maio de 2026.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

INTEGRANTE REQUISITANTE	<p>Férias</p> <p>Thiago Aparecido de Britto Navas Coordenador de área – GTI Matrícula 775</p> <p>Licença maternidade</p> <p>Larissa Diniz Freire Assessor - GEAD Matrícula 1234</p> <p>Gilberto Luiz de Biagi Designer Gráfico - GECOM Matrícula: 700</p>
INTEGRANTE REQUISITANTE	<p>Rafael Conceição da Silva Assinado de forma digital por Rafael Conceição da Silva Dados: 2026.05.07 08:42:30 -03'00'</p>
INTEGRANTES DA GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS	<p>Ingrid Wendy Carrel Assessor II - GCC Matrícula 1177</p> <p>Andrea Zumbini Paulo Assinado de forma digital por Andrea Zumbini Paulo Dados: 2026.05.06 16:27:15 -03'00'</p> <p>Andrea Zumbini Paulo Brenda Gerente de Compras e Contratos Matrícula 1232</p>



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO